



**Processo Administrativo n.º 3187/2017**

**Dispensa n.º 022/2017**

**Contrato FMAS nº002./2017**

**Contratante:** MUNICÍPIO DE PARACAMBI, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.138.294/0001-02, pela Secretaria de Assistência Social, com sede na Rua Nilo Peçanha, nº 300, Centro, representada pela Ilma. Secretária Aline Otilia Soares Ferreira Benevenuto, portadora da Carteira de Identidade nº 235278165, inscrita no CPF/MF sob o nº 126.687.287-62.

**Contratada:** Companhia Municipal de Desenvolvimento de Paracambi – COMDEP, empresa pública, estabelecida na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi - RJ, inscrita no CNPJ nº 36474161/0001-64, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, **Sr. Rhavid Lima Carvalho**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n.º 11.911.310-8 IFP e CPF n.º 096.707.677-33, residente e domiciliado na Rua Beraldo Sacchi, nº 420, Bairro Sabugo – Paracambi/RJ.

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Empresa especializada para execução de serviços de limpeza, manutenção e conservação, setores administrativos, com fornecimentos de mão de obras, uniformes, epi's e ferramentas necessárias para execução eficiente desses serviços e de acordo com as descrições dos anexos do termo de referência para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência constante nos autos do processo nº **3187/2017** e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. A descrição dos serviços consta no Termo de Referência e seus anexos, e por sua natureza, sua execução não está vinculada ao conteúdo total, ficando acordado que o objeto poderá ser suprimido em qualquer percentual, na forma do art. 65, §2º, II da Lei 8.666/93, a critério da Secretaria Municipal de Assistência Social.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 15/09/2017 e encerramento em 15/03/2018, podendo ser prorrogado na forma do art. 57 da Lei 8.666, de 1993.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor global da contratação é de R\$80.000,00 (Oitenta mil reais), cujo valor mensal será determinado pelas medições dos serviços prestados, conforme Termo de Referência.

3.2. Caso o objeto seja suprimido na forma do item 1.3, o valor global será reduzido unilateralmente pela Secretaria de Assistência Social, na forma do art. 65, I, "b" da Lei 8.666/93.



3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

22. Fundo Municipal de Assistência Social;

3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiro-pessoa Jurídica;

Recurso 0155/código reduzido 1909- proteção social básica

Recurso 0165/código reduzido 0648- bolsa família

Recurso 0253/código reduzido 1877- proteção especial de média complexidade

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA–DO REAJUSTE**

6.1. O preço é fixo e irrevogável durante a vigência original. Caso haja prorrogação do contrato, o preço proposto será reajustado pelo INPC, na forma da Lei 10.192/2001.

#### **7. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, o pessoal, os materiais e equipamentos que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência.

#### **8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência constante nos autos do processo nº 3187/2017.

#### **9. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**



10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 57 e 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, observando-se, em caso de acréscimo, as amortizações de custos suportados pela CONTRATADA que não se repetirão, regra que se aplicará também nos casos de renovação na forma do art. 57, II da Lei 8.666/93.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, §2º, II da Lei 8.666, de 1993.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

13.1. A publicação de extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município ocorrerá no prazo previsto na Lei nº 8.666/1993.



#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

14.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Paracambi/RJ.

E assim, por estarem justos e acertados, mandaram instrumentalizar o presente Termo de Contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que lidas e achadas conforme, assinam na presença de 02 (duas) testemunhas.

Paracambi, 14 de setembro. de 2017.

#### **Contratante**

Aline Otília S. F. Benevenuto  
Secretária Municipal de Assistência Social

#### **Contratada**

**Rhavid Lima Carvalho**  
Carteira de Identidade n.º 11.911.310-8 IFP  
COMDEP- Cia de Desenvolvimento de Paracambi.

**Testemunhas:**

---

**CPF:**

---

**CPF:**